

Rui Barbosa e a lição que se tira do Caso Dreyfus



E se toda sentença de absolvição for a confissão de um erro judiciário, o

reconhecimento de um erro judiciário será a confissão do desacerto de todo um sistema. É a lição que se tira do Caso Dreyfus, ocorrido na França na última década do século XIX, farsa que quase sepultou a reputação de um homem, mas que certamente manchou um modelo judiciário movido pela paixão popular, pela xenofobia e por um nacionalismo substancialmente escandaloso.

Alfred Dreyfus (1859-1935), capitão de artilharia do Exército francês, foi acusado de revelar segredos militares para os alemães, por intermédio de uma carta enviada a um adido militar alemão que vivia em Paris. O julgamento foi secreto (*à huis clos*), não se permitindo que Dreyfus se defendesse, tudo em nome de florentinas razões do Estado e de um chauvinismo que marcou a França após a derrota na Batalha de Sedan, em 1871. Uma ultrajante cerimônia de degradação foi realizada em 1895, quando se proclamou a condenação do capitão, então desterrado para a Ilha do Diabo, na Guiana Francesa, onde lhe esperava a prisão perpétua; e onde sofreu por quase cinco anos.

Em favor de Dreyfus ergueram-se vozes de intelectuais franceses, a exemplo de Emile Zola, que por defender o capitão foi ele mesmo condenado a pena de prisão e de multa. Depois de intensa luta, na qual Dreyfus se mostrou corajoso, seguro e senhor de intensa força moral, chegou-se à reabilitação, em 1906. Tarde demais para uma vida, mas em tempo para quem acreditamos que não há noites eternas.

Os documentos sobre os quais a acusação se baseou eram falsos. A questão dividiu a França — fomentando o problema do antissemitismo, pois Dreyfus era judeu —, desvelando uma sociedade rancorosa, assustada e ansiosa por bodes expiatórios. Dreyfus ainda sobreviveu a um atentado, por ocasião do enterro de Zola. O itinerário intelectual francês será para sempre dividido em *dreyfusards* e *antidreyfusards*, liberais e conservadores, anticlericais e monarquistas.

Entre os defensores do capitão francês sobrelevou-se o nome de Rui Barbosa, então exilado em Londres, mais uma vítima da ditadura de Floriano Peixoto. Rui redigiu uma carta que fora publicada no Brasil nas páginas do *Jornal do Comércio*, em 3 de fevereiro de 1895^[1]. Rui captou da experiência vivida nos

tempos de Floriano as dificuldades que há na luta contra um sistema judiciário que tem como premissa a condenação. Não adianta: quanto se parte do pressuposto de que o réu é culpado, o que se tem na sequência é sempre uma farsa fantasiada de devido processo legal. A condenação certamente virá.

Rui assinalou que a punição do capitão era uma “rebuscada e caprichosa desumanidade”, o que revoltava, espantava e degradava. Ainda havia quem pretendesse que se punisse o capitão com a pena de morte. Nosso grande advogado observou que os franceses viviam um “espasmo de ódio insaciável”, sentimento que agitou “contra o acusado todas as classes da população”. Rui lembra-nos que havia uma “multidão espumante, que cercava, ameaçadora, a Escola Militar, brandindo insultos, assuadas e vozes de morte”.

Rui preocupava-se com a França, onde “as suas antigas liberdades, as mais veneráveis da terra, desafiam intempéries e perigos, abrigadas à toga dos seus juízes, como as crenças austeras do seu culto sob o mármore das velhas catedrais”. Lamentava que a pátria das liberdades renegava suas origens e trajetória.

Entre nós, o maior biógrafo de Rui considerou que nosso grande advogado buscava na verdade confrontar a situação de Dreyfus com a situação que então se vivia no Brasil: não custava compreender a semelhança entre a perseguição que Floriano fazia a Rui, bem como as execuções sumárias do governo do “marechal de ferro”, com a violência que a sociedade francesa tratou o Capitão Dreyfus^[2].

Nesses tempos, a ditadura de Floriano — ou qualquer outra ditadura — ou a França pós-guerra franco-prussiana — ou em qualquer outra nação em busca de afirmação —, a justiça transforma-se numa farsa, seus personagens assemelham-se a caracteres bufos e os injustiçados fornecem assunto para uma massa ansiosa para expiar seus pecados, condenando os desiguais.

^[1]A carta encontra-se reproduzida em Senna, Homero, *Uma voz contra a injustiça – Rui Barbosa e o caso Dreyfus*, Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004. Esse livro vale substancialmente também pelo estudo introdutório de Homero Senna, de onde boa parte desse ensaio foi colhido e inspirado. O estudo de Homero Senna é provavelmente o mais lúcido texto sobre o Caso Dreyfus publicado em língua portuguesa, especialmente por conta da inserção de Rui Barbosa no contexto dessa apaixonante discussão.

^[2]Cf. Viana Filho, Luiz, *A Vida de Rui Barbosa*, São Paulo: Martins, s.d., pp. 257-258.

Date Created

06/09/2015